

RECRIANDO PASSADOS

ARAÚJO, Ana Lúcia. *Public Memory of Slavery: Victims and Perpetrators in the South Atlantic*. Amherst, New York: Cambria Press, 2010. 466p.

Public Memory of Slavery. Victims and Perpetrators in the South Atlantic é o instigante título do livro de Ana Lúcia Araújo, historiadora brasileira, professora na Universidade de Howard, em Washington, DC. O livro é desdobramento de pesquisa de doutorado desenvolvida na Universidade de Laval, no Canadá, sob supervisão de Bogomil Jewsiewicki, então titular da cátedra de História Comparada da Memória naquela universidade. Campo em expansão, relativamente ainda pouco desenvolvido na historiografia brasileira, a história da memória, em especial dos processos de politização da memória pública da escravidão nas últimas décadas no espaço atlântico, tem no livro de Ana Lúcia Araújo uma contribuição de vulto.

Cabe destacar, portanto, em primeiro lugar, a originalidade da abordagem. Em uma definição simples, podemos dizer que a memória é a presença do passado no presente e, nas últimas décadas, a escravidão atlântica tornou-se um tema cada vez mais

contemporâneo. A propalada explosão memorial da atualidade tem na diáspora forçada de africanos escravizados no mundo atlântico um dos seus temas sensíveis. Demandas políticas por reparação, programas das Nações Unidas, legislações nacionais, políticas públicas, filmes, novelas, programas de TV, ONGs e museus têm revisitado o tema, num processo em que os historiadores profissionais são frequentemente meros coadjuvantes. A história pública é uma área em crescente expansão que busca construir uma presença mais forte dos historiadores no debate sobre a memória, ainda que sem pretender o monopólio da fala. De fato, como o livro de Ana Lúcia nos permite acompanhar, os profissionais da história não chegam a ficar imunes à politização do tema. Uma das principais contribuições do texto é o cotejar constante entre o conhecimento consolidado pela historiografia e os processos de disputas de memória objetos da pesquisa.

Por outro lado, a memória, diferentemente da história, está necessariamente ligada a processos identitários. A memória é sempre a memória de alguém ou de algo (grupo, instituição, país etc.). A história pode ser feita pelos historiadores como memória erudita da nação ou de algum grupo social, mas a história como ciência social, desde pelo menos a década de 1930, tem sido desenvolvida principalmente como contramemória, discurso crítico, reflexão sobre a pluralidade do tempo e a historicidade. Mais recentemente, as identidades, sejam políticas ou sociais, são cada vez mais pensadas como construções históricas, e tais processos de construção tornam-se, eles próprios, objeto de pesquisa. *Public Memory of Slavery* aborda disputas e construções memoriais em torno da escravidão – e os conflitos identitários que lhes são subjacentes –, analisando museus e monumentos como parte de um processo dinâmico e vivo de “criativa reinvenção do passado”. Os usos políticos do passado da experiência escravista, sobretudo no antigo reino do Daomé, atual República do Benim, são o tema de fundo do livro, sugerido desde o subtítulo: vítimas e perpetradores no Atlântico Sul.

Desde que as Nações Unidas reconheceram a escravidão atlântica e o tráfico negreiro como crime contra a humanidade, demandas políticas por reparação financeira ou simbóli-

ca foram também produzidas. Passados mais de cem anos da última abolição nas Américas, como configurar quem é herdeiro das vítimas ou dos seus algozes? Quem deve reparação, quem deve ser reparado? Qual o legado socioeconômico e cultural da diáspora forçada de africanos no mundo atlântico? E qual o seu significado para o continente africano? Perguntas políticas com muitas respostas.

O livro se abre com uma ampla revisão sobre a historiografia do tráfico atlântico de escravos, abordando desde os esforços para mensurar seu volume quantitativo até as discussões historiográficas em torno do seu papel no subdesenvolvimento do continente africano. Apesar da enorme distância entre os discursos da história como disciplina e os da memória pública da escravidão, o capítulo sublinha as conexões existentes entre as pesquisas históricas sobre o impacto do tráfico negreiro no continente africano e o processo de descolonização da África, bem como, mais recentemente, entre as pesquisas sobre trajetórias e biografias de escravizados e libertos e as demandas das populações que reivindicam hoje a condição de descendentes de escravos.

O segundo capítulo oferece um amplo painel do que a autora chama de emergência do fenômeno memorial em torno da escravidão e do tráfico na Europa, África e América, e

de seus sentidos políticos na contemporaneidade. O fenômeno tem por base a mobilização de grupos que se reivindicam como descendentes de africanos escravizados e está intimamente relacionado a processos de construção de identidades negras no Atlântico.

Ressignificação de um evento traumático após diversas gerações, o fenômeno memorial em torno da escravidão produz uma memória midiaticizada por diferentes iniciativas. O texto recupera de forma sintética desde movimentos como o panafricanismo, a negritude francesa e a luta por direitos civis nos Estados Unidos até a emergência do fenômeno memorial no continente africano, com a recuperação de sítios de memória ligados ao tráfico de escravos após a descolonização e por iniciativa do *World Heritage Comitee* da Unesco. Destaca-se a narrativa sobre a construção simbólica da Casa dos Escravos na Ilha de Gorée, no Senegal, como lugar privilegiado de “dever de memória” em relação ao tráfico transatlântico de cativos, mesmo quando reconhecidamente amplificando ou distorcendo algumas das informações disponíveis sobre o seu funcionamento na Ilha. Conclui o capítulo uma síntese dos movimentos políticos transnacionais por reparação e dos diferentes posicionamentos políticos dos países europeus sobre o tema, com destaque para os conflitos envolven-

do historiadores e ativistas no contexto da aprovação das leis memoriais na França. O volume de informações reunidas, por vezes, deixa o leitor desejoso de uma discussão mais aprofundada sobre as diferentes posições em conflito. Por outro lado, o painel apresentado mostra-se extremamente informativo e iluminador quanto a dimensão e amplitude do processo em curso.

A partir do terceiro capítulo, o livro se concentra no Atlântico Sul e, em especial, nas relações entre o Brasil e o antigo reino do Daomé, apresentando uma síntese da literatura, na sua maioria brasileira, sobre os contatos entre as duas áreas durante e após a vigência do tráfico transatlântico de escravos. A narrativa enfatiza a quebra com o modelo de comércio triangular da colonização portuguesa na América, a existência de uma comunidade de comerciantes luso-brasileira junto ao Forte português de Ajudá, com relações familiares junto às elites locais, e o retorno de libertos africanos à região. A fusão dos dois grupos - comerciantes e retornados - deu origem à comunidade dos àgudas. Identificados como os “brasileiros do Benim”, os àgudas hoje funcionam como mais um grupo étnico no contexto beninense, ainda que o uso do conceito de grupo étnico em relação a eles seja controverso entre os estudiosos. O capítulo enfatiza as trocas culturais entre a Bahia e o

Benin e o surgimento de uma memória coletiva comum, a partir do esforço de pesquisadores e artistas, ligada à construção de uma identidade brasileira (no Benim) e afro-brasileira (sobretudo na Bahia), com destaque para o papel de Pierre Verger.

A fluidez da linha que dividia cativos e traficantes, descendentes de escravos e descendentes de traficantes, no antigo reino do Daomé, torna complexa a transformação da memória da origem brasileira em dever de memória da escravidão no contexto do Benim contemporâneo. De fato, o Daomé foi um reino escravista, que desenvolveu intenso tráfico de escravos, e que assumiu o nome de Benin após a independência (nome de um antigo reino hoje na Nigéria que pouco se envolveu no tráfico atlântico), exatamente para apagar aquela memória. O período de ditadura marxista no país iria reprimir a prática das religiões tradicionais e tentar esquecer o passado escravista do Daomé. Após a democratização nos anos 90, diversificadas iniciativas memoriais atuavam em sentido oposto. O Benim será um dos propositores, junto com o Haiti, do projeto Rota dos Escravos, da Unesco. O impressionante conjunto de monumentos então construídos em Uidá buscou recriar os circuitos supostamente percorridos pelos escravizados, representados como vítimas de extrema violência. Fruto de iniciativas diversificadas, em ge-

ral voltadas para o turismo cultural afro-americano, os monumentos formam um conjunto eclético, em que a igreja católica, mas também a religião e arte vodum como cultura compartilhada no Atlântico deixam suas marcas. Presentes no livro, em fotos da autora, esses monumentos colocam o leitor na “encruzilhada de muitas memórias e histórias da escravidão e do tráfico atlântico” (p. 196). De fato, a relativa fluidez das fronteiras entre vítimas e algozes empresta complexidade especial aos embates memoráveis em torno da escravidão no Atlântico Sul.

A escassez de iniciativas oficiais no Brasil em relação à memória da escravidão é colocada em relevo por Ana Lúcia no capítulo intitulado “A África no Brasil”, tendência que só muito recentemente começa a ser alterada. Com exceção de alguns poucos monumentos analisados no texto, quase sempre de iniciativa do movimento negro, a África e a escravidão estão praticamente ausentes do espaço público brasileiro. O capítulo apresenta ainda um rápido panorama da história do movimento negro no Brasil até as atuais polêmicas em torno das ações afirmativas, bem como um interessante painel sobre a presença da África e da escravidão nos desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro.

O livro conclui com dois capítulos sobre iniciativas de espaços memoriais no Benim, ligados à co-

munidade dos àgudas: a abertura ao turismo cultural da casa do traficante brasileiro de escravos Francisco Felix de Souza, o Chachá; o “Museu da Silva de Artes e Cultura”, e ainda o altar aos ancestrais da família Vyeira, descendente de escravos retornados do Brasil. O memorial para o traficante Francisco Felix de Souza, fundador da família de Souza, uma das mais importantes da comunidade *àguda*, dá bem a medida das dificuldades de assumir a identidade de descendente de escravos no contexto africano, ainda que no seio de algumas famílias da elite “brasileira” isto comece a se transformar. A iniciativa da família Vieyra, recompondo com fotos modernas um altar inspirado na tradição do vodum, assume e ressignifica a perda sofrida no processo de escravização. Também o Museu da Silva, segundo a autora mais um gabinete

de curiosidades que um museu propriamente dito, iniciativa de um rico empresário àguda ligado ao Brasil, propõe o dever de memória em relação aos escravizados como eixo de sua narrativa.¹ Ainda assim, como o memorial ao Chachá bem ilustra, a identidade *àguda* continua a ser construída antes de tudo em relação à memória do Brasil, num tipo de conexão que raramente se remete a possíveis antepassados escravos.

Public Memory of Slavery tem a virtude das obras pioneira. Faz um amplo inventário do movimento de memorialização transnacional em relação à escravidão atualmente em curso. Priorizando o Atlântico Sul e o caso do Benin em especial, o livro registra sem concessões a pluralidade das identidades e interesses políticos em jogo nos embates em torno da memória da escravidão.

Hebe Mattos

Universidade Federal Fluminense

¹ Sobre Da Silva cf. João José Reis e Milton Guran. “Urban-Karin Elisio da Silva. Um agudá descendente de Negro Malê”, *Afro-Ásia*, n. 28 (2002), pp. 77-96.